

Letramento político: linhas para mapear o conceito no Brasil

Political literacy: lines to chart the concept in Brazil

Alfabetización política: líneas para hacer un mapa del concepto en Brasil

Rildo Cosson ⁱ ¹

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná (professor visitante).

Resumo

O artigo apresenta um mapeamento do uso do termo e do conceito de letramento político no Brasil, a partir de um levantamento bibliográfico de textos de titulação acadêmica e de comunicação científica, publicados entre 2008 e 2024. O objetivo é verificar como a expansão do conceito se configura no país, que autores são referências no tema, em que espaços institucionais o letramento político é aplicado e a que público se dirige. Os resultados mostram que o conceito se expandiu de seu emprego inicial nas escolas do legislativo para as escolas de ensino básico, universidades e até mesmo para redes sociais e espaços digitais. Além disso, revelam que há uma variedade de definições e abordagens sobre o letramento político, algumas alinhadas ao conceito inicial e outras que propõem reformulações. A conclusão é que o letramento político já faz parte da discussão sobre educação política no Brasil, sendo adotado em diferentes contextos educacionais e institucionais, com vários autores dedicados ao tema e um público-alvo diversificado, mas com um foco maior nos jovens.

Palavras-chave: letramento político; educação para democracia; educação para cidadania; educação política; Poder Legislativo.

Abstract

The article presents a mapping of the use of the term and the concept of political literacy in Brazil, based on a bibliographic survey of academic and scientific texts published between 2008 and 2024. The aim is to see how the concept is expanding in the country, which authors are references on the subject, in which institutional spaces political literacy is applied and to which audiences it is addressed. The results show that the concept has expanded from its initial use in legislative schools to primary schools, universities and even social networks and digital spaces. In addition, they reveal that there are a variety of definitions and approaches to political literacy, some aligned with the initial concept and others proposing reformulations. The conclusion is that political literacy is already part of the discussion on political education in Brazil, being adopted in different educational and institutional contexts, with several authors dedicated to the subject and a diverse target audience, but with a greater focus on young people.

Keywords: political literacy; education for democracy; citizenship education; political education; Legislative Branch.

Resumen

El artículo presenta un mapeo del uso del término y del concepto de alfabetización política en Brasil, a partir de un relevamiento bibliográfico de textos académicos y de comunicación científica publicados entre 2008 y 2024. El objetivo es ver cómo se expande el concepto en el país, qué autores son referencia sobre el tema, en qué espacios institucionales se aplica la alfabetización política y a qué públicos se dirige. Los resultados muestran que el concepto se ha expandido desde su uso inicial en escuelas legislativas hasta escuelas primarias, universidades e incluso redes sociales y espacios digitales. Además, revelan que existen diversas definiciones y enfoques de la alfabetización política, algunas alineadas con el concepto inicial y otras que proponen reformulaciones. La conclusión es que la alfabetización política ya forma parte de la discusión sobre educación política en Brasil, siendo adoptada en diferentes contextos educativos e institucionales, con varios autores dedicados al tema y un público objetivo diverso, pero con mayor foco en los jóvenes.



Revista E-Legis

ISSN:
2175-0688

DOI:
10.51206/elegis.v18i44.887

Seção:
Artigos

Autor para contato:
Rildo Cosson

Editores-chefes:
Fabiano Peruzzo Schwartz
Mauro Moura Severino
Tatyana de Azevedo Maia

Recebido em:
7 de março de 2025

Aceito em:
9 de abril de 2025

Publicado em:
25 de agosto de 2026

Esta obra tem a licença
“CC BY 4.0”. 

ⁱE-mail: rcosson@gmail.com

1 Introdução

A demanda pela educação política dos cidadãos já se fazia muito clara no pensamento grego¹ e permanece nas sociedades contemporâneas como uma das promessas não cumpridas da democracia². Todavia, se há um consenso sobre a sua importância e necessidade registrado ao longo da história, nem por isso ele se confirma quando se busca detalhar em que consiste essa educação política. Ainda que postulando a democracia como princípio comum, as várias nomeações que encaminham propostas educacionais na área são um claro indício de que a formação política envolve muito mais do que soma de termos, como se pode verificar na concorrência entre os termos educação para cidadania, educação cívica, educação para democracia, educação para a paz, competência política, socialização política, engajamento cívico, cultura política, analfabetismo político e outros tantos.

O letramento político é um desses termos. Ele foi cancelado em 1978 por Bernard Crick e Ian Lister em um livro que reúne relatório e estudos do Programa de Educação Política da Hansard Society (Crick; Porter, 1978)³. Nessa proposta inicial, o letramento político é concebido como “*a compound of knowledge, skills and attitudes, to be developed together, each conditioning the other*” (Crick; Lister, 1978, p. 37). Duas décadas depois, o conceito é retomado no *Advisory Group on Citizenship report*, que ficou conhecido como Relatório Crick por ter o autor como coordenador do grupo, nomeado para apresentar uma proposta de educação para cidadania a ser formalmente introduzida no currículo das escolas do Reino Unido⁴. Nesse documento, cujas recomendações foram largamente adotadas no currículo escolar da Inglaterra, o letramento político é uma das três vertentes da educação para a cidadania — as outras duas são o envolvimento com a comunidade e a responsabilidade moral e social —, sendo definido como “*pupils learning about and how to make themselves effective in public life through knowledge, skills and values*” (Citizenship Advisory Group, 1998, p. 13).

Não sem críticas, avaliações e adaptações diversas⁵, o termo ganha espaço entre outras denominações da área, ora assumindo metonimicamente o conjunto da nova proposta de educação política, como faz Maitles (2000) ao verificar a efetividade do ensino de letramento político na Escócia em três décadas; ora sendo analisada como parte do currículo da educação para cidadania, a exemplo da identificação feita por Perveen e Awan (2017) de dez elementos que constituem o letramento político no currículo de educação para a cidadania em escolas de ensino secundário no Paquistão e da verificação feita por Davis-Morrison (2018) do impacto do letramento político na escola sobre a percepção de democracia de estudantes secundaristas na Jamaica; ora influenciando outras propostas curriculares, mesmo quando o conceito é usado sem ser assim nomeado, como evidenciado por Fyfe (2007) em análise do currículo de educação cívica e para cidadania na Austrália.

1 É de Aristóteles a afirmação: “Mas de todos os meios que já mencionei o mais eficiente para assegurar a estabilidade da constituição, apesar de geralmente negligenciado, é a adaptação da educação às formas de governo. Com efeito, não haverá utilidade alguma nas melhores leis, ratificadas pela aprovação unânime dos cidadãos, se estes não forem preparados e educados dentro do espírito da constituição, ou seja, democraticamente se as leis forem democráticas, e oligarquicamente se forem oligárquicas, pois se um cidadão for discrepante, a cidade também sê-lo-á” (Aristóteles, 1997, 1310 a, p. 188)

2 É de Bobbio (1986) o lamento sobre educação política como uma das seis promessas não cumpridas pela democracia atual.

3 Analisando a educação política na Inglaterra nas três últimas décadas do século XX, Ian Davies identifica o letramento político como a abordagem dominante nos anos 1970, relacionando seu surgimento com o Programme for Political Education (PPE) da Hansard Society e o livro editado por Crick e Porter (1978) como sua obra-síntese. O resultado é que: “*Political literacy did seem by the end of the 1970s to have gained a strong position with key policy-makers. Legitimation had been achieved, however, without implementation*” (Davies, 1999, p. 128).

4 Um histórico da composição do Grupo Consultivo, o desenvolvimento dos trabalhos e suas recomendações foi feito por um de seus integrantes (Kerr, 1999).

5 Para uma leitura das polêmicas em torno do letramento político e da inclusão proposta de educação para cidadania do Relatório Crick no currículo inglês, ver McLaughlin (2000).

O termo também passa a ser usado para além do ensino da cidadania nas escolas, alcançando espaços como bibliotecas públicas e agências reguladoras estatais, conforme se registra nos estudos de Sefullah e Haryani (2018) sobre o papel das bibliotecas regionais na Indonésia no fortalecimento do letramento político e de Eriksen (2020) sobre a necessidade de letramento político dos especialistas de agências reguladoras na Noruega, além da atuação de organizações não governamentais (ONGs), a exemplo de pesquisa realizada por San e Dancs (2024) sobre a atuação de ONGs em relação à educação para cidadania na Hungria.

Em estudo bibliométrico realizado com o objetivo de identificar as tendências globais das pesquisas em letramento político, Zulkifli (2021) aponta que o termo, inicialmente empregado em uma resenha de livro no ano de 1978, passa a ter um crescimento progressivo em número e escopo em artigos de pesquisa a partir de 2007. Ainda que restrito a uma única base de dados, *Web of Science*, a pesquisa revela que o letramento político é usado não apenas para tratar da educação para cidadania nas salas de aula, mas também para a educação para democracia em organizações e desenvolvimento de lideranças, abrangendo pesquisadores e instituições da Inglaterra, da China, do Canadá, da Indonésia, da Austrália e dos Estados Unidos.

Dado esse uso cada vez mais expandido do letramento político como sinônimo ou parte da educação para democracia em diversas áreas e países, a pergunta que orienta a elaboração deste artigo é: como essa expansão tem se configurado no Brasil⁶? Para respondê-la, adotou-se como procedimento metodológico um levantamento bibliográfico no site de buscas Google Acadêmico, no portal Periódicos da Capes (acesso Cafe), no catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações restrito às expressões letramento político, em termos gerais, e *political literacy*, em páginas em língua portuguesa, sempre com o termo entre aspas, presente em título, palavras-chaves e resumo.

Os dados iniciais foram refinados tendo como diretrizes, em um primeiro momento, as informações relativas a área de conhecimento, gênero textual, ano de publicação, fonte e autoria. Tendo em vista que o letramento político denomina uma concepção específica de educação política, também se buscou, em um segundo momento, desvelar o uso conceitual do termo, observando as características das definições, a instituição ou espaço de desenvolvimento e o público envolvidos, como se verá nos tópicos a seguir. Além disso, considerando que há um espaço maior para discussões de ordem conceitual nos textos de titulação acadêmica (tese, dissertação e monografia de curso de especialização), posto que tradicionalmente apresentam uma revisão da literatura, distinguiu-se esses textos dos demais de comunicação científica no agrupamento dos dados (artigo, livro, capítulo de livro e anais de eventos).

2 Resultados e discussão

No conjunto das fontes do levantamento, foram computados 136 títulos válidos, com exclusão do emprego do termo sem suporte conceitual, isto é, como mero exemplo de tipo de letramento ou sinônimo de educação política sem considerar a especificidade do conceito⁷. Esse montante, que se distribui entre 36 textos de titulação acadêmica e 100 de comunicação científica, publicados em um período de 16 anos (2008 e 2024), deixa evidente que o letramento político já faz parte da discussão sobre educação política no Brasil. Nos tópicos a seguir, serão discriminados os dados gerais relativos ao uso do letramento político e o percurso conceitual do termo, respectivamente.

6 Foi restrito o uso ao país, e não à língua portuguesa, porque o interesse é verificar o desenvolvimento do conceito no Brasil. O termo também é usado, por exemplo, em Portugal, traduzido como literacia política e usualmente com suporte da definição dada no Relatório Brick, como se observa na dissertação de mestrado de Rodrigues (2024), defendida na Universidade de Coimbra.

7 No primeiro caso, o termo letramento político serve como ilustração para os diversos tipos de letramento, como se observa em Weininger (2001), podendo assumir um viés negativo por ser considerado metafórico ou por não obedecer aos limites conceituais dos novos estudos de letramento, segundo Kleiman *et al.* (2024). No segundo, ele é empregado sem implicação conceitual ou referência bibliográfica, como um mero substituto para educação ou conhecimento político, tal como acontece em uma boa parte dos estudos da área de comunicação virtual, a exemplo do uso de memes e outros gêneros, em situações de engajamento com questões políticas, como faz Chagas (2016).

2.1 Os usos do termo letramento político em textos de titulação acadêmica no Brasil

O primeiro texto a fazer uso conceitual do letramento político no Brasil é uma tese (Souza, 2008), com o termo em inglês sem tradução, seguido por uma monografia no ano seguinte (Carvalho, 2009) e duas dissertações (Guimarães, 2012; Thomazini, 2012) quatro anos depois, todas já com o termo em português. No conjunto⁸ (Tabela 1), tem-se os 36 textos acadêmicos, dos quais 24 (67%) são dissertações publicadas⁹ entre 2012 e 2024, oito são teses publicadas entre 2008 e 2023 (22%) e quatro são monografias de cursos de especialização publicadas entre 2009 e 2024 (11%). O número significativamente menor de monografias se deve, provavelmente, menos a uma ausência de citação do termo e mais a uma dificuldade de localização do registro frente às teses e dissertações, que possuem bancos de textos especializados.

Tabela 1 – Textos acadêmicos

Tipo	Período	Quantidade	% do total
Dissertação	2012-2024	24	67%
Tese	2008-2023	8	22%
Monografia	2009-2024	4	11%
Total	—	36	100%

Fonte: elaboração própria.

Essa produção acadêmica parece ganhar estabilidade a partir de 2017, com títulos sendo publicados em todos os anos subsequentes (Tabela 2). As dissertações, que são as mais numerosas, apresentam um pico em 2021, com 19% do total dos textos produzidos no período¹⁰.

Tabela 2 – Textos acadêmicos anualizados

Ano	Tese	Dissertação	Monografia	Total	% do total
2008	1	—	—	1	3%
2009	—	—	1	1	3%
2010	—	—	—	—	0%
2011	—	—	—	—	0%
2012	—	1	1	2	5%
2013	—	—	—	—	0%
2014	—	—	—	—	0%
2015	1	2	1	4	11%
2016	—	1	—	1	3%
2017	—	1	—	1	3%
2018	—	1	—	1	3%
2019	1	4	—	5	14%
2020	1	2	—	3	8%
2021	—	7	—	7	19%
2022	3	2	—	5	14%
2023	1	—	—	1	3%
2024	—	3	1	4	11%
Total geral	8	24	4	36	100%

Fonte: elaboração própria.

⁸ As porcentagens apresentadas ao longo do texto são aproximadas, sem uso de casa decimal, com pequenos arredondamentos para cima ou para baixo para se chegar à soma de 100% ± 1%.

⁹ Optou-se pelo uso de publicadas, e não defendidas, porque se considera a data em que o texto foi registrado como disponível para o público, ou seja, já com todas as modificações sugeridas ou não pela banca de avaliação.

¹⁰ Entre as dissertações, foi incluído um relatório técnico (Lima, I. C., 2024) apresentado como exigência de titulação de curso de mestrado.

As áreas de conhecimento são treze, com predomínio da área de Educação (31%), seguida por Administração (22%) e Ciência Política (11%) (Tabela 3). Essa segunda posição ocupada pela área de Administração indica que o termo tem trânsito nos estudos voltados para políticas públicas. Também se destaca que, entre as áreas ligadas às ciências sociais e humanas, aparecem Geografia, Comunicação e Psicologia, ainda que em número pequeno, mostrando que o termo já tem uma circulação mais ampla do que o campo inicial de uma disciplina de educação política na escola.

Tabela 3 – Área de conhecimento dos textos acadêmicos

Área de conhecimento	Quantidade	% do total
Educação	11	30%
Administração	8	22%
Ciência Política	4	11%
Interdisciplinar	3	8%
Direito	2	5%
Ciências Humanas	1	3%
Ciências Sociais	1	3%
Comunicação	1	3%
Geografia	1	3%
Letras	1	3%
Linguística	1	3%
Psicologia	1	3%
Sociologia	1	3%
Total	36	100%

Fonte: elaboração própria.

As instituições são 26 (Tabela 4) e apresentam grande variedade, indo desde universidades federais e estaduais, como é o caso de UFMG, Unesp, USP e UnB, passando por instituições com vocação mais regional, como são exemplos o IFRS e a Unimontes, até chegar a programas de pós-graduação isolados, como o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, do Cefor da Câmara dos Deputados.

A distribuição dessas instituições no território nacional alcança todas as regiões, com 13 estados e o Distrito Federal (Tabela 5), sendo o DF o que concentra um maior número de instituições (17%), seguido de Minas Gerais (14%) e de São Paulo (14%).

Por fim, como se tratam de textos de formação acadêmica, não se espera que os autores se repitam tal como acontece com um pesquisador que publica resultados parciais de sua pesquisa ao longo do tempo. No entanto, chama a atenção que pelo menos um pesquisador, [Forlini \(2015, 2022\)](#), deu continuidade ao uso do termo no mestrado e no doutorado realizados na Unesp.

2.2 Os usos do termo letramento político em textos de comunicação científica no Brasil

Por sua natureza bem mais numerosa do que a dos textos acadêmicos, são 100 os textos de comunicação científica compilados (Tabela 6), distribuídos no período de 2009 a 2024. A predominância é claramente de artigos em revistas, com 75% do total, mas há também livros, capítulos de livros e textos completos em anais, cobrindo os gêneros básicos da comunicação científica¹¹.

Quando anualizados (Tabela 7), os textos científicos revelam que o termo letramento político começou a ser usado no Brasil em um livro de ensaios ([Cosson, 2008](#)) publicado no mesmo ano da tese que inicia o uso nos textos acadêmicos. Além da coincidência de datas,

11 Na composição das tabelas, com o objetivo de simplificação da apresentação dos dados, juntaram-se uma entrevista publicada em revista ([Ribeiro, 2022](#)) ao conjunto dos artigos e um texto curatorial de evento ([Cosson, 2022](#)) ao número de anais.

observa-se que os dois gêneros — livro de ensaios e tese — são textos que demandam um tempo maior de reflexão ou pelo menos uma apresentação mais volumosa em termos de páginas, o que indica que esse emprego estava sendo gestado bem antes do ano em que efetivamente foi registrado na publicação. Também se nota que a produção científica é mais estável do que a produção acadêmica, alcançado números mais expressivos a partir de 2015 (8%), com um momento de pico em 2020 (15%).

Tabela 4 – Instituições dos textos acadêmicos

Instituição	Quantidade	% do total
Cefor-CD	3	8%
UFMG	3	8%
Unesp	3	8%
UFC	2	5%
UFPR	2	5%
UnB	2	5%
Uneb	2	5%
IFRS	1	3%
Isae-PR	1	3%
PUC-Rio	1	3%
UEA	1	3%
UEFS	1	3%
UEG	1	3%
UERJ	1	3%
UFNT	1	3%
UFPB	1	3%
UFSC	1	3%
UFSCar	1	3%
Unesc	1	3%
Unicap	1	3%
Uniceub	1	3%
Unimontes	1	3%
Unioeste	1	3%
Unis	1	3%
URI	1	3%
USP	1	3%
Total	36	100%

Fonte: elaboração própria.

No conjunto dos textos científicos, os cinco autores mais citados (Tabela 8), considerando tanto os textos individuais quanto aqueles produzidos em parceria entre si ou com outros parceiros, constituem dois grupos interligados por Cosson como autor principal (37%). O primeiro grupo, constituído pelos textos de Cosson, Barros e Martins, trata basicamente do letramento político aplicado ao Legislativo. Já o segundo grupo, composto por Cosson, Dantas e Santos, ainda que passe pelo Legislativo, adota uma perspectiva mais ampla do letramento político como educação política.

As revistas onde os artigos são publicados são bem diversas (Tabela 9), com predominância das áreas de Ciência Política (43%) e Educação (20%), o que é esperado dado o conceito de letramento político como uma das denominações da educação política. Entre as áreas básicas, chama a atenção que a Administração, que ocupa destaque entre os textos acadêmicos, alcance só 5% dos artigos, talvez indicando que os resultados dos textos acadêmicos sejam mais voltados

para questões pragmáticas do que para o diálogo com os pares. Igualmente se destaca a produção científica, ainda que pouco numerosa, em duas áreas aparentemente distantes das áreas principais — Biblioteconomia e Odontologia —, mais uma vez apontando para o espraiamento do termo para além do emprego inicial no âmbito de uma disciplina escolar.

Tabela 5 – Unidades Federativas dos textos acadêmicos

UF	Quantidade	% do total
DF	6	17%
MG	5	14%
SP	5	14%
PR	4	11%
BA	3	8%
CE	2	5%
RJ	2	5%
RS	2	5%
SC	2	5%
AM	1	3%
GO	1	3%
PB	1	3%
PE	1	3%
TO	1	3%
Total	36	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 6 – Textos científicos

Tipo	Período	Quantidade	% do total
Artigo	2009 – 2024	75	75%
Anais	2015 – 2023	12	12%
Capítulo de livro	2015 – 2023	10	10%
Livro	2008 – 2018	3	3%
Total	—	100	100%

Fonte: elaboração própria.

Dada a alta porcentagem dos artigos na área de Ciência Política, não surpreende que as quatro revistas mais recorrentes (Tabela 10), correspondendo a 30% do total delas, sejam todas dessa mesma área. Também que três delas sejam veículos ligados a casas legislativas, dado o percentual de autores que se dedicam ao tema tanto nos textos acadêmicos quanto nos textos científicos.

Em suma, os resultados sobre o uso do termo em textos de titulação acadêmica e em textos de divulgação científica mostram, em primeiro lugar, que o letramento político é empregado em diversos tipos de trabalho, que vão da tese de doutorado aos anais de eventos, sendo mais frequente em dissertações e artigos científicos. Depois, que o uso no Brasil se inicia em 2008, alcançado uma maior estabilidade de uso ou disseminação a partir de 2015, para os textos científicos, e 2017, para os textos acadêmicos. Por fim, ainda que as áreas de conhecimento predominante nos textos sejam naturalmente a Ciência Política, a Educação e a Administração, não deixa de se registrar um espraiamento do uso do termo em outras áreas, incluindo textos em Biblioteconomia, Comunicação e Odontologia.

Tabela 7 – Textos científicos anualizados

Ano	Artigo	Livro	Capítulo	Anais	Total	% do total
2008	—	1	—	—	1	1%
2009	1	—	—	—	1	1%
2010	3	—	—	—	3	3%
2011	3	—	—	—	3	3%
2012	1	1	—	—	2	2%
2013	—	—	—	—	—	0%
2014	2	—	—	—	2	2%
2015	2	—	2	3	7	7%
2016	9	—	—	1	10	10%
2017	4	—	1	1	6	6%
2018	6	1	1	1	9	9%
2019	6	—	—	1	7	7%
2020	12	—	—	3	15	15%
2021	6	—	4	—	10	10%
2022	5	—	1	1	7	7%
2023	9	—	1	1	11	11%
2024	6	—	—	—	6	6%
Total	75	3	10	12	100	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 8 – Autores mais citados nos textos científicos

Autor	Quantidade de citações	% do total
Rildo Cosson	13	38%
Humberto Dantas	7	20%
Antonio Teixeira de Barros	6	18%
Lucio Meireles Martins	4	12%
Alexsandro Santos	4	12%
Total	34	100%

Fonte: elaboração própria.

2.3 O percurso conceitual do letramento político em textos de titulação acadêmica no Brasil

Para acompanhar o percurso conceitual do letramento político, procurou-se identificar, inicialmente, que tipo de definição o uso do termo implicava em cada texto. Dessa forma, chegou-se a quatro tipos de definição: 1) definição própria, isto é, elaborada pelo autor do texto ou pelo menos elaborada com suas próprias palavras; 2) definição citada, que é aquela em que há uma citação direta de outro autor; 3) definição indireta, que corresponde à citação indireta; e 4) definição contextual, quando o termo é empregado sem que uma definição seja claramente apresentada.

Também se buscou relacionar os autores que davam sustentação a essas definições, seja por meio de referência direta, isto é, atribuindo o conceito a determinado autor, ou referência geral, correspondendo a autores que ajudam a construir, refinar ou ampliar a definição. Acrescentou-se, ainda, sob a denominação de associação conceitual, as indicações de teorias ou outros termos usados para compor o contexto de uso do letramento político naquele texto. Por fim, como já indicado anteriormente, verificou-se o espaço institucional a que se refere o letramento político, assim como o público a que se dirige.

Tabela 9 – Área de conhecimento dos textos científicos (revistas/artigos)

Área de conhecimento	Quantidade	% do total
Ciência Política	33	44%
Educação	15	20%
Interdisciplinar	4	6%
Administração	4	6%
Comunicação	4	6%
Linguística	4	6%
Ciências Sociais	2	3%
Letras	2	3%
Biblioteconomia	1	1%
Ciência Política e Sociologia	1	1%
Ciências Humanas	1	1%
Ciências Humanas e Sociais	1	1%
Filosofia	1	1%
Odontologia	1	1%
Psicologia	1	1%
Total	75	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 10 – Revistas recorrentes dos textos científicos

Revista	Quantidade	Área	% do total
E-Legis	7	Ciência Política	9%
Revista Parlamento e Sociedade	6	Ciência Política	8%
Cadernos da Escola do Legislativo	6	Ciência Política	8%
Cadernos Adenauer	4	Ciência Política	5%
Demais revistas	52	—	70%
Total	75	—	100%

Fonte: elaboração própria.

Quando se discriminam os quatro tipos de definição entre os textos acadêmicos (Tabela 11¹² e Tabela 12), o dado mais evidente é que predomina a definição citada, presente em praticamente a metade dos textos, ainda que não deixe de ser significativo o número de definições próprias somado ao de indiretas. Esse resultado indica que há uma preocupação em referenciar a fonte do conceito, mas também que os autores já se apropriam do termo buscando estabelecer suas concepções ou inserir nuances em relação ao conceito inicial.

As definições citadas são mais presentes nas dissertações e nas monografias, enquanto as definições próprias alcançam praticamente a metade das teses, mostrando que os doutores, mesmo quando fazem referência ao conceito inicial, tendem a reelaborar o conceito ou criar um conceito próprio para o termo (Tabela 13).

Os autores citados nas referências diretas do conceito são apenas quatro: Rildo Cosson, Bernard Crick, Paulo Freire e Margareth Butori, com larga predominância do primeiro, que se faz presente na maioria absoluta dos textos, acompanhado ou não dos outros autores nos textos acadêmicos (Tabela 14).

¹² Em vários textos, o autor parte de uma citação direta para elaborar a sua própria definição ou combina citação direta com indireta e contextual. Dessa forma, em lugar dos 36 textos acadêmicos que constituem a base da pesquisa, tem-se como referência para essa contagem 47 textos. Essa diferença será observada em outras contagens nas tabelas seguintes, pois se buscou privilegiar o dado específico indicado para cada contagem.

Tabela 11 – Definição conceitual em textos acadêmicos por quantidade de textos

Tipo de definição	Quantidade	% do total
Citada	23	49%
Própria	9	19%
Indireta	8	17%
Contextual	7	15%
Total	47	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 12 – Definição conceitual em textos acadêmicos por quantidade de citações

Tipo de definição	Quantidade	% do total
Citada (23)	31	72%
Indireta (8)	12	28%
Total	43	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 13 – Definição conceitual por tipo de texto acadêmico

Tipo de texto	Def. própria	%	Def. contextual	%	Def. indireta	%	Def. citada	%
Dissertação	3	33%	6	86%	7	88%	14	61%
Monografia	2	22%	0	0%	0	0%	4	17%
Tese	4	44%	1	14%	1	13%	5	22%
Total	9	100%	7	100%	8	100%	23	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 14 – Autores citados nas referências diretas dos textos acadêmicos

Autor	Quantidade total	% do total	Quantidade isolado	% do total
Rildo Cosson	29	69%	17	85%
Bernard Crick	10	24%	1	5%
Paulo Freire	2	5%	1	5%
Margareth Butori	1	2%	1	5%
Total	42	100%	20	100%

Fonte: elaboração própria.

Já nas referências secundárias, ou seja, aquelas que servem de suporte para reelaborações do conceito ou explicitação de seus elementos, há uma variedade bem maior de autores referidos. Entre eles, destacam-se Paulo Freire e Maria Victoria de M. Benevides (Tabela 15), sendo o primeiro usado principalmente para respaldar a noção de letramento, quer como letramento crítico, quer como leitura de mundo, e a segunda para reforçar e explicitar a educação para democracia.

Nos vários textos acadêmicos, o letramento político é associado a outros conceitos que constituem o que se poderia considerar como seu campo semântico ou contexto de referências. Entre esses conceitos, os mais referidos são aqueles que funcionam como sinônimos, abrangem ou são parte do letramento político (Tabela 16).

Tabela 15 – Autores mais citados nas referências secundárias dos textos acadêmicos

Autor	Quantidade	% do total
Paulo Freire	9	24%
Maria Victoria de M. Benevides	6	16%
Rildo Cosson	4	11%
Bernard Crick	3	8%
Outros	15	41%
Total	37	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 16 – Conceitos mais citados nos textos acadêmicos

Conceito	Quantidade	% do total
Educação para democracia	8	10%
Educação para cidadania	6	8%
Educação política	6	8%
Cidadania/cidadania multicultural	4	5%
Participação política	3	4%
Educação legislativa	3	4%
Democracia	3	4%
Cultura cívica/cultura política	3	4%
Conhecimento político	2	2%
Função educativa do parlamento	2	2%
Outros	39	49%
Total	79	100%

Fonte: elaboração própria.

No conjunto desses conceitos, chama a atenção a presença de outros tipos de letramento que acompanham ou são associados ao letramento político, como letramento midiático, letramento crítico, letramento em direitos humanos, letramento geográfico, letramento para cidadania, letramento literário, letramento social. Essas associações indicam que o termo letramento ocupa um amplo espectro na descrição de práticas sociais diversas.

Em relação ao espaço institucional no qual o letramento político é demandado ou inserido, confirma-se o uso inicial do termo no parlamento, aqui dividido em casa legislativa, quando a referência é ao parlamento como um todo, e em escola do Legislativo, quando se volta especificamente para as atividades desses órgãos do Legislativo; e na escola de ensino básico, sobretudo aquelas de ensino médio (Tabela 17). Há, entretanto, alguns espaços ou objetos usados para tratar do conceito que, embora com uma única referência, chamam a atenção. É o caso da análise do letramento político nos escritos de textos de Lenira Maria de Carvalho (Santos, 2018), em redes sociais (Cruz, 2020) e nas escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Silva, M., 2020), mesmo que nesse último caso seja uma variante de escola básica.

Por fim, consoante os espaços institucionais dominantes, o público visado pelo letramento político nos textos acadêmicos é basicamente constituído por estudantes e cidadãos (Tabela 18), com modulações que distinguem os segmentos etários, sempre com predominância dos jovens. Tal preferência por jovens, estudantes do ensino médio e universitários remete a uma possível correlação entre as exigências etárias do sistema político formal e as atividades propostas de letramento político no espaço das instituições.

Tabela 17 – Espaços institucionais nos textos acadêmicos

Espaço	Quantidade	% do total
Escola do Legislativo	15	39%
Escola de ensino básico	11	28%
Casa legislativa	7	18%
Redes sociais/Internet	1	3%
Textos de Lenira Maria de Carvalho	1	3%
Escolas do MST	1	3%
Escolas de governo	1	3%
Curso de extensão universitária	1	3%
Total	38	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 18 – Público visado nos textos acadêmicos

Público	Quantidade	% do total
Jovens	11	23%
Cidadãos	8	17%
Estudantes do ensino básico	8	17%
Estudantes do ensino superior	5	11%
Servidores públicos	4	10%
Adolescentes	3	6%
Professores	3	6%
Crianças	2	4%
Adultos	1	2%
Trabalhadores de entidades representativas	1	2%
Dirigentes de escolas do Legislativo	1	2%
Total	47	100%

Fonte: elaboração própria.

2.4 O percurso conceitual do letramento político em textos de comunicação científica no Brasil

Tal como nos gêneros acadêmicos, a definição citada é a que predomina nos textos de comunicação científica, com larga vantagem sobre as definições próprias e indiretas, quer em relação à quantidade de textos (Tabela 19), quer em relação à quantidade de definições citadas e indiretas nos textos (Tabela 20). A razão para isso talvez esteja na própria dimensão da maioria dos textos, cujos gêneros tendem a não ensejar longas elaborações conceituais, nem mesmo reelaborações, se elas não implicarem em acréscimos ou ênfases necessárias. O mesmo raciocínio vale para a forte presença da definição contextual, quando o letramento político é referido sem que o autor do texto se detenha a explicitar o conceito, ainda que possa ser depreendido pelo contexto e pelas indicações de fontes nas referências.

Em relação aos tipos de texto, a definição citada é largamente dominante em todos eles, ratificando o dado anterior (Tabela 21). O dado mais relevante está na definição própria, que, mesmo ocupando uma posição modesta frente às definições citada e contextual, faz-se presente em todos os quatro gêneros, como também tem maior porcentagem em anais do que em livros. Esse fenômeno tem correlação direta com a autoria, pois metade das definições próprias pertencem a textos do autor Rildo Cosson.

As referências diretas são provenientes de poucas obras, sendo ainda mais acentuada a predominância dos dois principais autores, Rildo Cosson e Bernard Crick, que sempre se fazem

presentes nos textos, sozinhos ou acompanhado dos outros autores (Tabela 22). Além disso, uma das citações diretas de Cassel e Lo e de Dudley e Gitelson (Rocha, 2011) foi feita a partir de citação de livro de Cosson (2008).

Tabela 19 – Definição conceitual em textos científicos por quantidade de textos

Tipo de definição	Quantidade	% do total
Citada	56	43%
Própria	18	14%
Indireta	17	13%
Contextual	40	30%
Total	131	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 20 – Definição conceitual em textos científicos por quantidade de citações

Tipo de definição	Quantidade	% do total
Citada (56)	69	77%
Indireta (17)	21	23%
Total	90	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 21 – Definição conceitual por tipo de texto científico

Tipo de texto	Def. própria	%	Def. citada	%	Def. indireta	%	Def. contextual	%
Artigo	9	50%	48	70%	17	81%	34	85%
Capítulo	3	17%	6	9%	1	5%	4	10%
Livro	2	11%	3	4%	1	5%	0	0%
Anais	4	22%	12	17%	2	9%	2	5%
Total	18	100%	69	100%	21	100%	40	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 22 – Autores citados nas referências diretas dos textos científicos

Autor	Quantidade total	% do total	Quantidade isolado	% do total
Rildo Cosson	47	62%	35	80%
Bernard Crick	21	28%	8	18%
Bernard Crick e Ian Lister	2	3%	0	0%
Cassel e Lo	2	3%	0	0%
Dudley e Gitelson	2	3%	0	0%
Michel Silva	1	1%	1	2%
Total	75	100%	44	100%

Fonte: elaboração própria.

As referências secundárias, por sua vez, trazem um número mais variado de autores, ainda que se mantenham com maior número de referências os mesmos mais citados nos textos acadêmicos (Tabela 23). Registra-se a presença expressiva de autores ligados ao campo do letramento — Soares, Street e Rojo — ao lado daqueles preocupados com a educação política

— Dantas, Finkel e Dewey —, apontando para uma maior intersecção entre o substantivo “letramento” e o adjetivo “político” que constituem o termo letramento político.

Nos conceitos associados ao letramento político, continuam como mais referidos os que funcionam como sinônimos, abrangem ou são parte do letramento político, tal como acontece nos textos acadêmicos (Tabela 24). Entre esses conceitos, destaca-se a presença de letramento digital e de comunicação pública, indicando a ampliação do campo conceitual do letramento político para além da educação e da política.

Tabela 23 – Autores mais citados nas referências secundárias dos textos científicos

Autor	Quantidade	% do total
Rildo Cosson	18	14%
Paulo Freire	17	13%
Maria Victoria de M. Benevides	8	6%
Magda Soares	6	4%
Brian Street	6	4%
Humberto Dantas	6	4%
Steven Finkel	5	4%
Roxane Rojo	5	4%
John Dewey	4	3%
Bernard Crick	4	3%
Outros	56	41%
Total	135	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 24 – Conceitos mais citados nos textos científicos

Conceito	Quantidade	% do total
Educação política	28	14%
Educação para democracia	26	13%
Educação para cidadania	14	7%
Formação política	13	6%
Participação política	9	4%
Educação legislativa	6	3%
Letramento digital	6	3%
Educação cívica	5	3%
Educação cidadã	5	3%
Comunicação pública	5	3%
Socialização política	4	2%
Outros	78	39%
Total	199	100%

Fonte: elaboração própria.

Também como nos textos acadêmicos, os espaços institucionais (Tabela 25) são aqueles destinados ao ensino, sendo que a casa legislativa é usualmente mencionada por conta das simulações parlamentares que envolvem alunos do ensino básico, incluindo aí os da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e do ensino superior. No caso do grupo das universidades ou ensino superior, destacam-se os cursos de Biblioteconomia e Odontologia por não serem diretamente ligados ao ensino ou às ciências sociais. Nessa mesma perspectiva, chamam ainda a atenção por sua especificidade os livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio.

Finalmente, em relação ao público visado pelo letramento político (Tabela 26), continua

fortemente a relação com os estudantes e cidadãos, em seus diversos segmentos. Em termos mais específicos, estão os professores, especialmente os de Língua Portuguesa, o que já se indicava pela atenção dada ao conceito de letramento; e os partidos políticos, esses como atores novos em um processo de educação política majoritariamente dirigida aos cidadãos.

Tabela 25 – Espaços institucionais do letramento político nos textos científicos

Espaço	Quantidade	% do total
Escola de ensino básico (inclui EJA)	32	27%
Escola do Legislativo	31	26%
Casa legislativa	27	22%
Universidade	11	9%
Redes sociais/Internet	10	8%
Instituições governamentais e outras	5	4%
Escola quilombola	1	1%
Bibliotecas	1	1%
Família (ensino em casa)	1	1%
Livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio	1	1%
Total	120	100%

Fonte: elaboração própria.

Tabela 26 – Públicos visados nos textos científicos

Público	Quantidade	% do total
Cidadãos	33	27%
Estudantes do ensino básico (inclui EJA)	30	24%
Jovens	24	20%
Estudantes do ensino superior	10	8%
Servidores públicos	8	6%
Adolescentes	5	4%
Professores (especialmente de Língua Portuguesa)	5	4%
Crianças	5	4%
Partidos políticos	1	1%
Comunidade quilombola	1	1%
Bibliotecários	1	1%
Total	123	100%

Fonte: elaboração própria.

Em síntese, os resultados sobre o percurso conceitual do letramento político em textos de titulação acadêmica e comunicação científica no Brasil revelam que há definições de letramento político em todos os gêneros textuais verificados, sendo mais numerosos nas dissertações e nos artigos. As definições citadas predominam largamente sobre os outros tipos de definições, com destaque para as definições propostas pelos autores Rildo Cosson e Bernard Crick, ambas relacionadas entre si, o que faz deles os mais citados diretamente. Com isso, pode-se dizer que há certo consenso em torno da definição do termo ou pelo menos uma referência básica para o termo no Brasil.

Além dos autores diretamente citados, a apresentação do conceito recebe apoio de outros autores, entre os quais se destacam Paulo Freire e Maria da Victoria Benevides. Entre as associações com outros conceitos, os mais relevantes em termos de quantidade de referências são

educação para democracia, educação para cidadania e educação política, usualmente tomados como sinônimos, englobando ou fazendo parte do letramento político.

Os espaços institucionais onde o letramento político é aplicado são diversos, sendo mais comuns a escola de ensino básico, com preferência para o ensino médio, e as escolas do Legislativo, seguidas das casas legislativas, que obviamente englobam a anterior. Consoante esses espaços, o público visado é constituído majoritariamente por estudantes do ensino básico e cidadãos, em ambos os casos predominando o direcionamento para os jovens.

3 Conclusões e considerações finais

Parte contemporânea das relações sempre demandadas entre educação e política, o letramento político começa a ser usado conceitualmente no Brasil em uma tese e um livro de ensaios, ambos publicados no mesmo ano de 2008 — a primeira ligada à área de Comunicação e o segundo às escolas do Legislativo. Na tese, o termo é usado em inglês, *political literacy*, construído pela autora a partir da relação com o letramento tecnológico ou digital e os conceitos de prontidão social ou política e “leitura de mundo” de Paulo Freire, para chegar à definição do letramento político como “capacidade de exercer plenamente a cidadania, de cobrar dos agentes públicos o cumprimento dos deveres e o respeito aos direitos individuais, com parâmetros de moralidade, civismo e definição de espírito público” (Souza, 2008, p. 30). No livro de ensaios, há uma discussão sobre os diversos termos que recobrem a área da educação política e a preferência pelo letramento político, traduzido e redimensionado a partir da definição dada por Bernard Crick e Lister, com suporte de Dewey, como “processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia” (Cosson, 2008, p. 195).

Talvez por estar mais diretamente ligado à educação e por ser respaldado por uma ampla discussão anterior do termo, além de ser retomada e reforçada em outros textos do próprio autor, a definição dada por Rildo Cosson se tornou a referência básica de letramento político no Brasil, tanto nos textos acadêmicos, quanto nos textos de comunicação científica, seguida da definição de Bernard Crick. Esse uso extensivo não deixa de receber restrições, correções e redefinições. Um exemplo é a recusa do adjetivo político por sua polissemia em favor da cidadania, resultando no termo letramento cidadão em lugar de letramento político, sem que haja alteração no conceito (Caxilê, 2023). Há quem reclame de parte do conceito, trocando a “manutenção e aprimoramento da democracia” pela busca da democracia, pois assim se enfatizaria a ação dos sujeitos que estão fora dos espaços institucionais e constroem uma perspectiva distinta de democracia (Santos, 2018). Há, ainda, quem reescreva todo o conceito, tomando o letramento político como “processo de aprendizado permanente no qual o sujeito desenvolve habilidades e competências que lhe permitam interagir politicamente no mundo ao seu redor” (Farias, 2020, p. 29).

Em paralelo à definição dominante de letramento político, há outras definições que fazem um percurso distinto, usualmente apoiadas no pensamento de Paulo Freire e nos Novos Estudos de Letramento. Um exemplo é a definição de letramento político como “processo de construção de um maior domínio e conhecimento da vida política e sua relação com a vida social” (Catelli Júnior, 2017, p. 130), que se efetiva ou encontra suas referências em

práticas sociais relacionadas às esferas da política, da cultura, dos direitos humanos e das relações socioambientais mediadas tanto pela leitura de textos escritos ou multimodais ou por aqueles que circulam em eventos de oralidade letrada, seja em meio impresso ou eletrônico (Catelli Júnior, 2017, p. 130).

Em relação ao espalhamento do termo, há outros tantos indícios de que o letramento político já alcançou livre trânsito no campo da educação política. Tanto é assim que muitas vezes o letramento político é usado sem preocupação conceitual evidente, após o autor ter adotado uma definição para o termo. É o que acontece no seguinte exemplo: em um artigo (Meneguín, 2017), a autora usa a definição dada por Crick, referenciando extensivamente esse

autor; em um capítulo de livro (Lima, A. M. P., 2021), usa o termo sem qualquer referência ou indicação de autoria como sinônimo de educação para a democracia. Outro exemplo é o movimento de citação da citação, sem que o conceito inicial seja expressamente referido, como se observa, por exemplo, com as referências a Hess e McAvoy (Moreira; Moura; Teixeira, 2022) e a Butori (Zacarias, 2019), que adotam, respectivamente, as definições de Bernard Crick e Rildo Cosson. Há também a ampliação do termo pela inclusão do conceito em um contexto específico, conforme as propostas de letramento político-democrático (Jacob; Bueno, 2021) e letramento político digital (Silva, M. C. da, 2018).

No conjunto, os resultados obtidos neste estudo demonstram claramente que o uso do conceito de letramento político no Brasil, assim como em outros lugares, encontra-se em expansão. Sem perder os laços com sua formulação inicial, o conceito ultrapassou os limites do contexto das escolas legislativas para alcançar o vasto espaço das escolas do ensino básico, em seus distintos segmentos, inclusive a Educação de Jovens e Adultos, e ambientes específicos, como as escolas quilombolas e do MST, chegando a cursos universitários, como Biblioteconomia e Odontologia, e às redes sociais e a sites da Internet. Nessa expansão, é igualmente relevante a presença do termo nos vários gêneros de comunicação científica e titulação acadêmica, assim como a estabilidade de uso adquirida a partir de 2015 e de 2017, para os textos científicos e acadêmicos, respectivamente, ao lado de revistas que recobrem diversas áreas do conhecimento e instituições de ensino superior de vários estados, em todas as regiões do país.

Por fim, cumpre observar que não se intentou realizar um estudo exaustivo do uso do letramento político no Brasil. As fontes utilizadas para o levantamento, por exemplo, apresentam restrições, sobretudo para alguns tipos de texto, como Anais, restrito à publicação de texto integral, assim como se deixou de fora as citações sem preocupação conceitual. Todavia, longe de enfraquecer os resultados obtidos, essas limitações tornam ainda mais evidente que o letramento político já faz parte da discussão sobre a educação política no Brasil e, como uma forma de letramento, apresenta uma perspectiva que não pode ser deslegitimada ou simplesmente ignorada.

Referências

- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília, DF: Editora da UnB, 1997. Tradução: Mário da Gama Cury. Citada 1 vez na página 2.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Citada 1 vez na página 2.
- CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. **O parlamento jovem e a experiência das escolas do legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados**: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia. 2009. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2009. Citada 1 vez na página 4.
- CATELLI JÚNIOR, Roberto. Os direitos humanos e o currículo de Ciências Humanas na Educação de Jovens e Adultos. **Formação e práticas na educação de jovens e adultos**, v. 1, p. 117–131, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/37368474/OS_direitos_humanos_e_o_curr%25c3%258dculo_de_ci%25c3%258ancias_humanas_na_educa%25c3%2587%25c3%2583o_de_jovens_e_adultos. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 2 vezes na página 16.
- CAXILÉ, Priscila Soares. **Às palavras, cidadãos**: o debate competitivo como instrumento de ensino para cidadania. 2023. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/75629/3/2023_tese_pcsoares.pdf. Acesso em: 3 jan. 2025. Citada 1 vez na página 16.
- CHAGAS, V. “Não tenho nada a ver com isso”: cultura política, humor e intertextualidade nos memes das Eleições 2014. In: CERVI, E. U. *et al.* (org.) **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba, PR: CPOP, 2016. p. 86–116. Citada 1 vez na página 3.

- CITIZENSHIP ADVISORY GROUP. **Education for citizenship and the teaching of democracy in schools (The Crick Report)**: final report of the Advisory Group on Citizenship. London: Qualifications e Curriculum Authority, 1998. Disponível em: www.qca.org.uk/libraryAssets/media/6123_crick_report_1998.pdf. Acesso em: 10 abr. 2007. Citada 1 vez na página 2.
- COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília, DF: Edições Câmara, 2008. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/aecdf7e3-2f1c-42f9-a90a-f4fb951d680f>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 3 vezes nas páginas 5, 13 e 16.
- COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo: 30 anos de promoção institucional da democracia**. Belo Horizonte, MG: Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais, 2022. Texto curatorial do evento 30 anos da educação legislativa. Disponível em: <https://sites.almg.gov.br/export/sites/sites/escola-30anos/.content/arquivos/escolas-do-legislativo-curatorial-Rildo-final.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 1 vez na página 5.
- CRICK, B.; PORTER, D. (ed.) **Political education and political literacy**. London: Longman and Hansard Society, 1978. Citada 2 vezes na página 2.
- CRICK, Bernard; LISTER, Ian. Political literacy. In: CRICK, B.; PORTER, D. (ed.) **Political education and political literacy**. London: Longman and Hansard Society, 1978. Citada 1 vez na página 2.
- CRUZ, Wania Dias da. **Juventudes conectadas: as marcas do letramento político dos jovens no Facebook**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2020. Disponível em: <https://saberaberto.homologacao.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1652/1/versao%20final%20%20Dissertacao%20Wania%20Dias%20da%20Cruz.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025. Citada 1 vez na página 11.
- DAVIES, Ian. What has happened in the teaching of politics in schools in England in the last three decades, and why? **Oxford Review of Education**, v. 25, n. 1-2, p. 125–140, 1999. DOI: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/030549899104161>. Citada 1 vez na página 2.
- DAVIS-MORRISON, Vileitha. Educating for democratic citizenship: views of selected Jamaican secondary students. **Caribbean Journal of Education**, v. 40, 2018. Disponível em: <https://www.mona.uwi.edu/soe/publications/humed/cje/article/503>. Citada 1 vez na página 2.
- ERIKSEN, Andreas. The political literacy of experts. **Ratio Juris**, v. 33, n. 1, p. 82–97, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdfdirect/10.1111/raju.12269>. Citada 1 vez na página 3.
- FARIAS, Gustavo Coelho. **A Primavera dos Estudantes: ocupação de escolas e processos de formação política**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218598>. Acesso em: 3 jan. 2025. Citada 1 vez na página 16.
- FORLINI, Danilo Basile. **Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/14d10a68-c0f4-46d5-a9c0-1574f0cae3a5/content>. Acesso em: 3 jan. 2025. Citada 1 vez na página 5.
- FORLINI, Danilo Basile. **Teatrágora: improvisação e teatro como possibilidades metodológicas na educação para a democracia**. 2022. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/5cf70aaa-6c6b-463b-b387-e15291c8666a/download>. Citada 1 vez na página 5.
- FYFE, Ian. Hidden in the curriculum: political literacy and education for citizenship in Australia. **Melbourne Journal of Politics**, v. 32, 2007. Disponível em: <https://www.research.ed.ac.uk/en/publications/hidden-in-the-curriculum-political-literacy-and-education-for-cit>. Citada 1 vez na página 2.
- GUIMARÃES, Ricardo Senna. **Avaliação de egressos de cursos de especialização em uma escola do legislativo: impactos na vida pessoal e profissional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/10212/3/2011_RicardoSennaGuimaraes.pdf. Citada 1 vez na página 4.
- JACOB, Ana Elisa; BUENO, Luzia. Sequências didáticas do debate eleitoral em análise: a dupla implementação e a construção de dispositivos didáticos de gêneros textuais. **Raído**, v. 15, n. 37, p. 335–350, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/download/12849/8364>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 1 vez na página 17.

- KERR, D. Changing the political culture: the Advisory Group on Education for Citizenship and the Teaching of Democracy in Schools. **Oxford Review of Education**, v. 25, n. 1-2, p. 275–284, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1080/030549899104251>. Citada 1 vez na página 2.
- KLEIMAN, Angela Bustos; VIANNA, Carolina Assis Dias; SITO, Luanda Soares; VALSECHI, Marília Curado; GRANDE, Paula Baracat de. O conceito de letramento na produção científica brasileira: retorno às origens, discussões para o futuro. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 63, n. 1, p. 240–254, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8676257>. Citada 1 vez na página 3.
- LIMA, Ana Marusia Pinheiro. Ativismo de servidores na educação para a democracia: os parlamentos mirins no Brasil. In: ABERS, R. N. (ed.) **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília, DF: Editora UnB, 2021. p. 287–322. ISBN 978-65-5846-159-3. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593.0009>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 1 vez na página 17.
- LIMA, Isabelle Costa. **Gamificação para a cidadania**: aplicação de jogos para democratizar o conhecimento sobre políticas públicas e instituições do setor público. 2024. Relatório técnico (Mestrado Profissional em Indústrias Criativas) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, 2024. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1933>. Citada 1 vez na página 4.
- MAITLES, Henry. Thirty years of teaching Political Literacy in Scottish schools: how effective is Modern Studies? In: CAIRNS, Denis Lawton; Joe; GARDNER, Roy (org.) **Citizenship Education**. New York: Continuum, 2000. Citada 1 vez na página 2.
- MCLAUGHLIN, Terence H. Citizenship education in England: the crick report and beyond. **Journal of Philosophy of Education of Great Britain**, v. 34, n. 4, p. 540–570, nov. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9752.00194>. Citada 1 vez na página 2.
- MENEGUIN, Ana Marusia Pinheiro Lima. Plenarinho: novos paradigmas para novas gerações. **E-Legis**, v. 22, n. 10, p. 99–128, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v10i22.261>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 1 vez na página 16.
- MOREIRA, Helce Amanda; MOURA, Fernanda; TEIXEIRA, Pedro. Homeschooling, ensino de controvérsias e o novo conservadorismo brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p. e09693, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/W6SQyMyKWG6SfzKbLVbsWHQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 1 vez na página 17.
- PERVEEN, Memuna; AWAN, Ahmed Sher. Analysis of curriculum about Political Literacy as a dimension of citizenship education. **Bulletin of Education and Research**, v. 39, n. 1, p. 187–202, 2017. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1210116.pdf>. Citada 1 vez na página 2.
- RIBEIRO, Guilherme Wagner. Rildo Cosson: educação legislativa e letramento político. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 24, n. 41, p. 13–31, 2022. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/cadernos-ele/article/view/430>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 1 vez na página 5.
- ROCHA, Hérycka Sereno Neves. Educação para a democracia: a Câmara dos Deputados no centro da questão. **E-Legis**, n. 7, p. 73–93, 2.º semestre 2011. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/b209ae93-1c1a-45c4-b224-96795fe15748/download&ved=2ahUKEwjH2Z2h95-LAxU6G7kGHbSPBM8QFnoECBIQAQ&usq=AOvVaw1qKCW6VzgoehUNGTTxfIEK>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 1 vez na página 13.
- RODRIGUES, Beatriz Simões. **Comportamento informacional político dos jovens**: um estudo de caso nos Concelhos de Penacova e Vila Nova de Poiares. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2024. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/117636>. Citada 1 vez na página 3.
- SAN, Selda; DANCS, Katinka. Citizenship education and political literacy in Hungary according to hungarian non-governmental organizations focusing on citizenship education. **International Journal of Field Education**, v. 10, n. 2, p. 1–13, 2024. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/3406976>. Citada 1 vez na página 3.
- SANTOS, Zambia Osorio. **Quando o texto fala**: narrativas de Lenira Maria de Carvalho, uma mulher negra, trabalhadora doméstica. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198417/PEED1363-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Citada 2 vezes nas páginas 11 e 16.
- SEFULLAH, Rahmat; HARYANI, Tiyas. The role of regional Public Library to support political literacy in society. **Advances in Social Science, Education and Humanities Research**, v. 241, p. 178–181, 2018. 5th International Conference on Social and Political Sciences (IcoSaPS 2018). Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/article/25904120.pdf>. Citada 1 vez na página 3.

SILVA, Marcos Jose de Oliveira. **Letramentos políticos em assentamentos do MST**: por outras pedagogias possíveis. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité, BA, 2020. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/ddf84dfc-cab1-4801-a5c7-ffdf5cc3e3a2/full>. Citada 1 vez na página 11.

SILVA, Michel Carvalho da. A ideia de letramento político digital no contexto das redes sociais de internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018. **Anais** [...]. Joinville, SC: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018. p. 1–15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1162-1.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2025. Citada 1 vez na página 17.

SOUZA, Regina Luna Santos de. **Sobre promessas da era da internet**: uma análise de mudanças no relacionamento estado-sociedade decorrentes da utilização intensiva de tecnologias de comunicação e informação por agentes públicos no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/3559>. Citada 2 vezes nas páginas 4 e 16.

THOMAZINI, Thaís Damaris da Rocha. **Programa Câmara Jovem**: limites e possibilidades de um processo de socialização política. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2012. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2039/1/Thais%20D%20da%20R%20Thomazini.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025. Citada 1 vez na página 4.

WEININGER, Markus J. Do aquário em direção ao mar aberto: mudanças no papel do professor e do aluno. In: LEFFA, V. (org.) **O professor de línguas estrangeiras**: construindo a profissão. Pelotas, RS: EDUCAT, 2001. p. 41–68. Citada 1 vez na página 3.

ZACARIAS, Eli Alves. **A educação para democracia**: análise das Escolas dos Legislativos na região metropolitana de Ribeirão Preto. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/a74cd9eb-d3f0-42fb-8263-f76ae58cf339>. Acesso em: 3 jan. 2025. Citada 1 vez na página 17.

ZULKIFLI, Nursyahida. A bibliometric analysis of global research trends in political literacy using web of science database. **Gading Journal for Social Sciences**, v. 24, n. 4, p. 49–54, 2021. Disponível em: <https://ir.uitm.edu.my/id/eprint/56841/1/56841.pdf>. Citada 1 vez na página 3.